

# SENTIMENTO DE CORPORAÇÃO, CULTURA DO TRABALHO E CONHECIMENTO PATRIMONIAL PESQUEIRO: EXPRESSÕES SOCIOCULTURAIS DA PESCA ARTESANAL

*Uma sociedade de pescadores não é uma pedra, nem uma hiperconsciência, tampouco uma simples rubrica verbal para designar relações concretas e particulares entre seus membros: tem seus estatutos, sua administração, seu orçamento, seu modo de recrutamento, sua função; foi a partir daí que seus membros instauraram entre si um certo tipo de reciprocidade.*  
(Jean-Paul Sartre, *Crítica da razão dialética*)

## Apresentação

O presente escrito resulta de pesquisas feitas nos últimos doze anos<sup>1</sup> em quatro comunidades de pescadores artesanais localizadas nos 187 km da faixa litorânea do estado de Pernambuco<sup>2</sup>. Dessas comunidades, duas estão situadas na Região Metropolitana do Grande Recife (Suape<sup>3</sup> e Itapissuama<sup>4</sup>), e as restantes são as últimas praias do estado, uma do litoral norte (Carne de Vaca<sup>5</sup>) e a outra do sul (São José da Coroa Grande<sup>6</sup>).

Fundamentado na abordagem etnográfica, histórias de vida e observações participantes, este artigo busca desvelar, a partir do cotidiano dos pescadores artesanais que detêm seus principais meios de produção (barcos e armadilhas de captura), a existência de elementos societários,

CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO\*

## RESUMO

Este artigo é fruto de doze anos de pesquisa com trabalhadores da pesca artesanal de quatro localidades situadas no estado de Pernambuco. Com base em estudo etnográfico, o presente escrito pretende responder: quais são as expressões socioculturais decisivas para o fazer-se pescador artesanal em termos práticos e simbólicos? Pode-se destacar, a partir disso, que o fazer-se pescador anuncia-se, enquanto dinâmica sociocultural importante, em sua cultura do trabalho, sistema de parceria, sentimento de corporação e no conhecimento patrimonial sobre os ciclos naturais, gestão das águas e das práticas técnicas e tecnológicas desenvolvidas ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** Cultura do trabalho; conhecimento patrimonial pesqueiro; sentimento de corporação.

## ABSTRACT

This article is the result of twelve years of research with workers in four fishing villages located in the state of Pernambuco. Based on ethnographic research, the present paper intends to answer the following question: what are the decisive social-cultural expressions for the fisherman in practical and symbolic terms? It can be highlighted, therefore, that the process of becoming a fisherman reveals itself, as an important socio-cultural dynamics, in his work culture, partnership, feeling of corporation and in the sheer knowledge that has natural cycles, water management and technical and technological practices developed through the years.

**Keywords:** Work culture; knowledge of fishing heritage; corporation feeling.

\* Professor: Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e dos Mestrados em Antropologia (NPPA) e Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRO-DEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

as expressões socioculturais desses profissionais das águas, focando, particularmente, aspectos como *sentimento de corporação* e a noção de *cultura do trabalho*, que se desdobram e se somam à categoria *conhecimento patrimonial pesqueiro*; categorias que funcionam como elos inextrincáveis e profundamente combinados. Nesse sentido, uma pergunta geral fundamenta esta análise socioantropológica: *quais são as expressões socioculturais decisivas para o fazer-se pescador artesanal em termos práticos e simbólicos?*

## O sentimento de corporação e cultura do trabalho dos pescadores artesanais: expressões socioculturais e ambientais

As formas tradicionais de trabalho assentadas na lógica da *companha* ou regime de parceria são, de maneira geral, as regras socioculturais de

organização do trabalho na pesca artesanal em diversas localidades brasileiras, de norte a sul (CUNHA, 1987; DIEGUES, 1983; 1995; 2004; FURTADO, 1993; MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2004; 2007), bem como na Espanha (GALVAN, 1989) e na Itália (COLLET, 1993).

A *companha* é um processo de organização do trabalho voluntário, sem assalariamento e vinculado, sobremaneira, aos laços familiares e de compadrio, inexistindo, assim, a oposição direta entre capital e trabalho. Segundo Elina Pessanha, “os pescadores que trabalham juntos em uma *companha* se auto-denominam companheiros [...]” (2003, p. 84, grifo meu), parceiros de uma mesma embarcação, que lidam com as complexidades do oceano e dos pescados a partir de uma profunda habilidade náutica e pesqueira, estando situados num modelo de processo de trabalho em que dividem os ganhos do dia de trabalho por meio do quinhão e as perdas também (isso será aprofundado mais adiante).

Nessa lógica sociocultural de estrutura do universo do trabalho, os laços pessoais são fundamentais, pois o trabalho familiar é “tanto condição de produção que se um pescador não tiver um parente com quem pescar muitas vezes não vai ao mar” (MILLER, 2002, p. 77). A confiança nos parentes, no trabalho da pesca, é um elo ineliminável praticado, cuja presença cheguei a constatar em todos os barcos que iam para as águas nos locais em que pesquisei (Carne de Vaca, Itapissuma, São José da Coroa Grande e Suape), como revelam os depoimentos abaixo:

Sempre trabalhei mais pai, mais meu irmão. É tudo família (Gildo, pescador de Suape-PE).

Pesco com meu filho. As pescarias daqui é tudo na base da família (Seu Cicho, pescador de Carne de Vaca-PE).

A gente vai tocando as coisas no mar com a família e os compadres (Seu Inácio, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Meu pai era pescador. Eu comecei a pescar muito novo, com uns 10 anos,

e foi o meu pai quem me ensinou (Severino dos Santos, pescador de Itapissuma-PE).

Dessa maneira,

Ingressar no mundo da pescaria desenvolvida artesanalmente por um grupo de trabalho embarcado é entrar num terreno freqüentado por pessoas próximas, por gente conhecida, que já compunha o cotidiano desses indivíduos, facilitando os acordos a serem construídos no processo de trabalho, principalmente quando se está no ambiente aquático. A família é o alimento e o fortalecimento dos laços de solidariedade para se enfrentar as desventuras na pesca e na vida [...] (RAMALHO, 2006, p. 139).

A família detém lugar de destaque para o sucesso da cooperação, seja na gestão e ordenamento do território aquático, seja para um melhor funcionamento da tripulação, seja por se apresentar também nos laços de vizinhança junto com os de compadrio e de amizade existentes no continente (CORDELL, 2001; MALDONADO, 1994).

Por isso tudo, a *companha* é um tipo de organização produtiva que “se funda na cooperação, sem a qual, nas condições técnicas dadas, o resultado pretendido, em face da envergadura e da complexidade das tarefas que envolve, dificilmente poderia ser alcançado” (BRITTO, 1999, p. 89).

Um dos pescadores mais antigos da praia de Suape disse-me que “isso vem lá de longe e se perde no tempo” (seu Milton). Aqui, o trabalho cooperado, voluntário, é a base estruturadora desse sistema de produção, desse *sentimento de corporação*. Tal conceito parte do pressuposto de que “os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão” (DIEGUES, 1983, p. 197), fato que os distingue dos agricultores-pescadores; e, para Junqueira (2003, p. 10), esse *sentimento de corporação* faz com que os pescadores sintam-se “quase uma corporação, com linguagem e hábito próprios, os homens do mar formam um grupo à parte” nos locais em que moram e trabalham.

Dessa maneira, *sentimento de corporação*, em sua experiência objetiva e subjetiva, produz-se e é produzido pelos *costumes* de um determinado fazer-se classe social. Ressalte-se que, também no caso do trabalho dos pescadores aqui estudados, a sua prática societária é “sancionada pelo costume” (THOMPSON, 1998, p. 115), com suas regras, normas, hábitos tradicionais, cujas existências permitem afirmar que “a sua fonte é a práxis” (*Idem*, p. 86), é o fazer-se coletivo e individual do ato de ser pescador artesanal, recriando-se no tempo e no espaço como valores pertencentes a uma determinada fração da classe trabalhadora, com (e em) sua economia moral.

Esse tipo de razão econômica guarda “como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres” (*Ibidem*, p. 152), uma norma em que a economia não subordina outros valores sociais, mas é parte integrante de uma ética comunitária, de seus costumes e, portanto, de um *sentimento de corporação*. Nesse caso, o trabalho “não é uma realidade simplesmente econômica” (GODELIER, 1981, p. 39), já que carrega em si significados outros (mágicos, morais, rituais, reciprocidade):

O que significa dizer que o homem é levado à ação não apenas pelo desejo de maximização, isto é, de utilizar os meios disponíveis apenas para satisfazer seus desejos de acumulação, mas é levado também pelos valores socialmente estabelecidos, no grupo em que vive (FURTADO, 1987, p. 285).

Somando-se a isso, situa-se a lógica de transmissão do saber-fazer, seu sistema de organização e de cooperação produtivas típico de uma cultura do trabalho artesanal, que depende “da renovação contínua das tradições orais” (*Ibidem*, p. 87) para existir e resistir. Assim, o *sentimento de corporação* coaduna-se e é sinônimo de um *idioma corporativista*, que

expressa “tanto a organização técnica da produção quanto a organização social do trabalho” (CASTEL, 2005, p. 156).

É oportuno, antes de qualquer coisa, destacar que “quando emprega-se aqui o termo *tradição*, não quer dizer, absolutamente, que estas práticas são sobrevivência de costumes antigos”, mas, acima de tudo, “portadoras de uma racionalidade própria e que satisfazem às exigências de reprodução deste” (GODOI, 1999, p. 87, grifo da autora) grupo, inclusive, de inserção na totalidade social de modo particular. Por isso e para melhor desvelar esses processos societários, “devemos entendê-los como construções humanas realizadas para encarnar as forças geradas pelo modo subjacente de mobilizar o trabalho social. Eles não são estáticos e dados para sempre” (WOLF, 2003, p. 303).

Tais questões aqui aludidas (*sentimento de corporação e/ou idioma corporativo*) podem ser entendidas e sintetizadas através da categoria *cultura do trabalho*. Para Silva,

[*cultura do trabalho*] refere-se à experiência de grupos sociais identificados com o lugar que ocupavam no campo da produção. Trata-se de ir ao encontro dos valores em torno dos quais legitimavam as condições de seu pertencimento social, as representações que os levavam a criar uma identidade particular, as formas com que designavam os “outros” [...]. Para isso, foi preciso investigar as experiências dos trabalhadores e como estes as nomeavam em suas relações cotidianas. *Estas foram procuradas, essencialmente, nos locais de trabalho, lugar em que eles definiam, em grande medida, suas próprias vidas, seu valor individual e social, nutriam seus desejos de independência em relação a outros grupos sociais e passavam por um processo de transformação de suas experiências* (SILVA, 2003, p. 26-27, grifos meus).

Assim, cultura do trabalho se traduz como *costumes, experiências e valores* pertencentes a

determinada fração de classe social, dando-lhe sentido e identidade ao permitir-lhe opor-se e/ou diferenciar-se de outros grupos sociais em termos práticos e simbólicos, especialmente a partir do lugar que ocupa na esfera da produção material. Tal categoria será utilizada, neste escrito, tendo por referência a construção analítica desenvolvida pelo historiador E. P. Thompson.

Para Thompson, os costumes populares, presentes na Inglaterra do século XVIII, formaram a base – no universo do trabalho – dos direitos costumeiros do povo e de sua cultura produtiva, os quais se tornaram esteios legitimadores de resistências sociopolíticas frente aos setores dominantes da sociedade e do processo de expansão de uma economia de mercado, genuinamente capitalista, naquele período. Assim, definiu Thompson:

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. [...] Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes (*op. cit.*, p. 19).

No caso dos pescadores, não será focalizado o caráter da *cultura do trabalho* dentro de um universo político (as mobilizações sociais de caráter reivindicativo inexistem na localidade), mas as práticas tradicionais vinculadas ao saber-fazer pesqueiro que

permitem forjar uma identidade específica dos trabalhadores marítimos e estuarinos, nas maneiras de uso do território aquático e de respostas aos desejos do mercado e à própria configuração da produção pesqueira.

Nesse tipo de sociedade baseada na cooperação simples, embora o barco pertença a um proprietário (um membro da família ou um compadre), o bote acaba sendo assumido por todos e torna-se praticamente um patrimônio da equipe, que o usa em seu dia a dia de trabalho, isto é, a embarcação ganha atributos de posse coletiva, que é reforçada pela lógica da família que nela trabalha durante as pescarias.

A cooperação pesqueira é diversa da existente nas empresas capitalistas, pois, além da questão familiar<sup>7</sup>, há pequeno parcelamento do trabalho, um não-empobrecimento da técnica com a especialização e uma não-subsunção do trabalho ao capital e/ou à máquina. Há, aqui, uma profunda subjetividade e a necessidade de domínio – por parte do pescador – do complexo produtivo de sua atividade, que se soma à necessidade de ter segurança para trabalhar no mar, através de um forte sistema de cooperação e, acima de tudo, de solidariedade.

De fato, o meio no qual os pescadores desenvolvem sua ação guarda imprevisibilidades, já que o oceano, os rios e estuários não são espaços passivos, aliás, possuem grandes e ricas dinâmicas que exigem decisões rápidas dos pescadores, especialmente pela tecnologia artesanal das suas embarcações e pelos perigos de morte, que envolvem a atividade. Por isso, torna-se necessário entender o máximo possível do mar e ter um sólido sistema de cooperação, porque, do contrário, aumentam os riscos relativos à própria vida dos embarcados, e ao sucesso do dia de trabalho. Segundo a antropóloga Simone Maldonado:

Pela sua natureza cooperativa e pelo distanciamento da terra, a pesca é uma atividade na qual a confiança e a competência dos participantes constituem condições de produção. O mar não só sugere riscos e conflitos, como exige que haja harmonia entre os pescadores, para que a cooperação tenha lugar. Essa

cooperação é feita também do senso de igualdade que caracteriza os pescadores e que termina por se estender até o desembarque [...] (MALDONADO, 1994, p. 80).

Tal sistema de cooperação possui a qualidade de administrar melhor o uso das águas, dos recursos pesqueiros e dos homens, para que o trabalho de pescaria possa dar respostas mais seguras e precisas, fato que também se faz presente na pesca espanhola:

Dito de outra forma, a necessidade, do pescador, de conhecer a dinâmica desse espaço, supõe em última instância uma prática de subsistência que serve tanto para aumentar a segurança física num meio perigoso como para administrar os recursos que nele se encontram e que são imprescindíveis para sua alimentação (ALLUT, 2000, p. 105).

A cooperação (*companha e/ou parceria*) pesqueira distingue-se profundamente do que Karl Marx chamou de trabalho coletivo, que se iniciou com o aparecimento da empresa manufatureira na Inglaterra e implodiu, a partir daí, o saber-fazer dos trabalhadores artesãos em inúmeras localidades alcançadas pela dinâmica de domínio e expansão do capitalismo:

O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalho coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações executadas sucessivamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho, apresentam-lhe exigências diversas. Numa tem êle (sic) de desenvolver mais fôrça (sic), noutra mais destreza, numa terceira atenção mais concentrada etc., e o mesmo indivíduo não possui no mesmo grau essas qualidades. Depois de separar, tornar independentes e isolar essas diversas operações, são os trabalhadores separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades domi-

nantes. [...] A estreiteza e as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando êle (sic) é parte integrante do trabalho coletivo (MARX, 1982, p. 400).

Na constituição do período manufatureiro houve, inicialmente, uma subsunção formal do trabalho, de modo que, mesmo retirando dos trabalhadores artesãos seus meios de produção, o capital ainda não tinha quebrado o saber-fazer operário e nem havia ocorrido um parcelamento das atividades do trabalho. Nesse período, as ferramentas não tinham cedido lugar às máquinas, fazendo com que a perícia do trabalhador fosse essencial ao desenvolvimento capitalista.

Em contraposição à supremacia do trabalho morto, tem-se na pesca artesanal a supremacia do vivo. A fala do pescador Milton remete a uma análise interessante sobre esse fenômeno, quando ele articula a arte de pescar à habilidade de não depender da maquinaria industrial:

Pesca é arte. Olha, tem pescador, rapaz, que ele sabe a hora do peixe comer pela maré. Às vezes, você vai pescar tem mais maré mais boa, mais melhor de pegar peixe. *Pescador não tem aqueles aparelhos que descobrem o peixe, que nem os japoneses. Pescador é pelas pedras [marcação]. Pescador é pela inteligência* (Milton, pescador de Suape-PE).

Este trecho, além de mostrar a leitura que o pescador de Suape fez da relação da história local com a universal (pesca japonesa e suapense), articulando-as para entender as próprias condições do seu existir, desnuda a força do trabalho vivo que descobre até “a hora do peixe comer pela maré”, sem ter ao seu alcance a maquinaria de pescar, “aqueles aparelhos que descobrem os peixes”. Desse modo, no caso do trabalhador das águas de Suape, “pescador é pela inteligência” e, acima de tudo, “pesca é arte”, segundo seu Milton.

Outro aspecto típico da pesca é que, apesar de haver uma separação no trabalho artesanal

pesqueiro clarificado no saber sofisticado do mestre, esse processo nunca representou uma separação rígida, agudamente hierárquica e autoritária entre os que planejam e os que executam o trabalho, visto que os homens embarcados formam uma sociedade regida pelo igualitarismo, pela parceria e por laços de afetividades familiares (CORDELL, *Idem*; KOTTAK, 1966; RAMALHO, *Idem*), diferentemente do que aconteceu com a pesca industrial inglesa (TUNSTALL, 1969), japonesa (COMITINI, 1966) e brasileira (MALDONADO, 1986), onde os que estavam em terra passaram a definir o que seria executado no mar, dentro de uma complexa verticalização do trabalho, que saía do continente e atingia a vida marítima.

Na pesca artesanal, mesmo o mestre – que é reconhecido por sua excelência no saber-fazer para conduzir o barco e os homens no território aquático – tem que ouvir os demais trabalhadores pesqueiros. O trabalho cooperado da *companha* ou *parceria* exige isso, pois o mestre reconhece nos demais pescadores qualidades e capacidades produtivas indispensáveis ao êxito no mar, clarificando, também, em sua existência (do mestre), ao longo do tempo, a permanência – o que não significa algo fixo – do próprio *idioma corporativista* na pesca artesanal. Ao observar, diretamente, o trabalho dos pescadores nas águas e estabelecer conversas com mestres, eles me ressaltaram a necessidade de sempre escutar e decidir em conjunto, com toda a equipe de pescaria, acerca do trabalho e dos rumos a serem tomados, situação que se soma ao papel pedagógico da mestrança, conforme revelam os trechos a seguir:

É o seguinte: tudo tem que ter aquela união. “Olha, a gente vai fazer isso?”. Eles respondem: “Vamos!”. “Vamos fazer?”. “Não”. “Então, não vamos!”. Se não for com acordo, não dá (José Edson, pescador de Suape-PE).

Eu aprendi com os mestres, que aqui se chamam também de arrais. Eles sabem os caminhos mais do que eu, porque já são das antigas

e sabem os locais: lá de fora e dos rios, aqui. Os mais velhos ajudam. Eles dizem à gente, que é novo. Diz assim: “faz aqui e aqui pega se arriar!”. “Se arriar aqui tem pedra e tem galhada”. Os mestres já sabem onde rasgou as redes (Marcelo Lopes, pescador de Itapissuma-PE).

Ser mestre é também dividir as coisas com os camaradas no barco, o que vai fazer e o que não vai fazer (João Paulo, pescador de Carne de Vaca).

No barco todo mundo tem que ouvir o outro, até o mestre (Alexandre, São José da Coroa Grande-PE).

Portanto, o universo da decisão e o controle do processo de trabalho são compartilhados por todos, não se restringindo a uma única pessoa, embora o mestre ganhe o reconhecimento comunitário de ser ele o responsável maior, por trazer em si a excelência de um saber-fazer edificada pelo tempo no mar, rios e/ou estuários. Segundo Diegues,

[...] o mestre, em geral, não toma as decisões sozinho. As decisões são frutos do intercâmbio com a tripulação que também dá suas opiniões durante a navegação. Nisso reside um certo igualitarismo a bordo do bote. O mestre não é nada sem uma boa tripulação, que ele deve saber manter (DIEGUES, 2000, p. 78).

Qualquer pescador tem que ser, dentro do possível, trabalhador pleno, mesmo que o mestre seja considerado a perfeição desse processo. Uma das provas disso liga-se ao grande número de distintos pescados (variedades de peixes, por exemplo), cuja captura exige modos plurais de manejos pesqueiros, de usos distintos de redes e, portanto, de ter uma capacidade mais ampla possível em ser pescador:

O pescador deve saber muito, porque um dia ele pesca de linha, noutro de rede, noutro ele pode até pegar marisco ou caranguejo no mangue. Tudo depende

da época em que as coisas aparecem...  
sodem. Por isso, o pescador tem suas  
pescarias diferentes (Seu Mário, pescador  
de Carne de Vaca-PE).

O mar tudo dentro dele dá peixe. Agora  
tem dia que dá de rede, de tarrafa, de linha.  
Por isso, a gente tem todas as armadilhas  
e de tudo sabe o pescador (Genildo,  
pescador de Suape-PE).

Além disso, percebe-se que o emprego dos mais  
diversos instrumentos de pesca referenda a existên-  
cia de uma aguda destreza e mostra que as “ferra-  
mentas” pesqueiras estão a serviço do trabalhador,  
como se fossem extensões do corpo e do saber-fazer  
dos embarcados. Na realidade, as “ferramentas” são  
apêndices dos atos produtivos e são concebidas pelas  
mãos dos pescadores, que as criam, para serem úteis  
a essa sociabilidade do trabalho, e as subordina à sua  
habilidade e à sua ação de artífice.

As riquezas do meio e objeto de trabalho da  
pesca cobram versatilidade de manejo. Os peixes são  
vários e várias são as formas de melhor capturá-los,  
porque “tem dia que dá de rede, de tarrafa, de linha”  
(Genildo), pois não há um trabalho especializado  
que se volta para a captura de um único produto, de  
maneira unilateral. Ter como aliada a pluralidade de  
capturas confere melhores possibilidades aos pesca-  
dores, de geração de renda e de sustento alimentar.  
Assim, “o pescador tem suas pescarias diferentes”  
(Seu Mário), visto que só isso garante a maneira mais  
correta de lidar com o mar, com os recursos pesquei-  
ros e suas potencialidades.

Entendo que todas essas questões existem por  
ser a pesca artesanal uma cultura do trabalho artesa-  
nal, em meio ao qual a vida individual e comunitária  
ganha forma, conteúdo e razão de ser. As sociabili-  
dades aí gestadas e estruturadas têm por peso maior  
os valores de uso, valores existenciais, afetivos – sem  
negar, jamais, o mercado na lógica interna do seu fa-  
zer produtivo – e que, por isso, congregam dinâmicas  
materiais e representacionais, os costumes, que en-  
contram no trabalho dos indivíduos e em suas capa-  
cidades criativas algo que lhes pertence e que nele se

realiza; fatores avivados pelo *sentimento de corpora-  
ção* que daí emerge.

Tudo isso também converge para os laços de ir-  
mandade que há nas embarcações, fazendo da pesca-  
ria território de iguais. O barco é o lugar dos laços de  
pertencimento, que se fundamenta numa certa eco-  
nomia moral, na ética do convívio solidário, irmana-  
do, de camaradas (MALDONADO, *idem*; MOLLAT,  
1979). Não há aqui um paraíso societário, e sim re-  
lações mais iguais, se comparadas às que se carateri-  
zam as empresas, no geral, e às grandes corporações  
modernas capitalistas.

Entre os pescadores estudados, o domínio in-  
trínseco do trabalho é o ponto nevrálgico da ideolo-  
gia e do *sentimento corporativo* de liberdade, que se  
reforça pela condição de posse dos instrumentos de  
trabalho e de seu saber-fazer, sendo guiados por uma  
teleologia (ação com vistas a uma finalidade, prévia  
-ideação) que afirma a cultura produtiva da pesca.

Na interpretação dos pescadores, possuir barco  
individualmente (ou coletivamente pela *companha*)  
e, principalmente, ter o domínio de seu saber-fazer  
opõe-se à opressão:

A pesca é o trabalho, principalmente  
quando o cabra é do setor artesanal da  
pescaria (Seu Babau, pescador de São José  
da Coroa Grande-PE).

Você trabalha no que é seu e ninguém te  
domina. Você vai quando quer em seu  
trabalho (Seu Gidinha, pescador de Suape-  
PE).

De fato, há, na pesca, uma identidade ineliminá-  
vel entre trabalho e capital, que justifica o “ninguém  
te domina” (Seu Gidinha) ou “a pesca é o trabalho”  
(Seu Babau). Aqui se explicita, guardadas as diferen-  
ças sociohistóricas, não haver um isolamento entre  
“o caracol e sua concha”, com a conversão desses ele-  
mentos em capital, como escreveu Karl Marx, sobre  
os artífices, em *O capital*:

Em geral, o trabalhador e seus meios de  
produção permaneciam indissolúvelmente

unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital (MARX, *op. cit.*, p. 411).

Outro elemento relevante acerca da cooperação na pesca, nas localidades pesquisadas, e que justifica o sentimento de autonomia, é a repartição do ganho monetário. O quinhão – forma de divisão do resultado do trabalho e da cooperação simples –, típico do regime de *companha/parceria* na pesca, não permite a criação de um excedente que seja capaz de transformar o mestre, principalmente, e/ou outro pescador em capitalista, pois nenhum consegue acumular para além de possuir seu próprio barco, no máximo.

No quinhão, se pescarem três homens, divide-se o produto final em cinco partes (a dos homens, uma da rede e outra do barco). Quando o mestre não possui embarcação, a parte do quinhão da rede é dele, pois essa armadilha fica sob seus cuidados e reparo, e o quinhão do barco é do proprietário (um fundo de manutenção de ambos). O proprietário (membro da família ou amigo) ou o mestre é o responsável pelo repasse do produto aos intermediários, usualmente, parentes ou compadres. Quando os pescadores vendem a produção, o fazem na localidade ou na feira próxima, situada na sede do seu município.

O quinhão possibilita a existência de dois fenômenos: (1) firma um processo mais igualitário entre os trabalhadores pesqueiros, que os tornam “parceiros, sócios, companheiros no mesmo barco e, literalmente, na batalha pela sobrevivência” (RAMALHO, *Ibidem*, p. 102); e (2), principalmente, refuta a dinâmica de acumulação de capital na localidade por parte dos pescadores, já que prende o ganho a um modo antagônico à expansão e ao domínio do capital<sup>8</sup>.

Essa forma de cooperação simples funciona como uma norma, um código de honra que deve ser respeitado e nunca infringido; o respeito ao trabalho e seu saber-fazer não deve ceder lugar à exploração entre os próprios pescadores artesanais, pelo mestre ou qualquer um deles que detenha a posse do barco e das armadilhas.

Aqui, sempre foi assim (Seu Neneu, pescador de Suape-PE).

Esse tipo de divisão das coisas vem de muito tempo atrás. Acho que é difícil de descobrir quando começou (Seu Naninho, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

A repartição do quinhão é uma norma nossa, da vida da gente mesmo (Seu Ediburgo, pescador de Carne de Vaca-PE).

Ressalvando, mais uma vez, as especificidades históricas, assim como na Idade Média as corporações “procuraram impedir coercitivamente a transformação do mestre artesão em capitalista” (MARX, *idem*, p. 353) a partir do acúmulo de capital, no caso em estudo, a cooperação simples traduzida no regime do quinhão (parceria) representa isso na pesca artesanal. Através dos *costumes* presentes na cultura do trabalho dos pescadores estudados, é inconcebível a subordinação do trabalho ao assalariamento e/ou à gestão de capitalistas internas ao setor.

Esse sentimento de corporação, presente nos costumes possibilita, dentre outros aspectos, forte resistência à proletarização, que significaria a perda de autonomia e poria em xeque a força da cultura artesanal pesqueira, pois a ideia de liberdade dos pescadores nasce, em suas representações, vinculada à noção da arte da pesca e das suas objetivações. De fato, “reside nessa arte de pesca, como meio de produção (característica do fator trabalho), um fator fundamental na compreensão da resistência à proletarização tantas vezes demonstrada pelos pescadores artesanais” (DIEGUES, 1983, p. 202).

A propósito, gostaria de narrar um fato interessante. Seu Macau, ao chegar a Suape vindo do bairro de Brasília Teimosa, em Recife, há alguns anos, buscou inserir uma lógica mais capitalista de trabalho na pesca suapense e que era comum aos pescadores do aludido bairro, cuja dinâmica tinha uma relação mais mercantil quando comparada às práticas vigentes em Suape<sup>9</sup>. Todavia, a iniciativa não obteve êxito, sofrendo resistências. Como se fora ainda uma corporação, as normas estranhas ao cotidiano de trabalho e sua

funcionalidade não foram admitidas por nenhum trabalhador da pescaria local, por infringirem mudanças que levariam à diminuição da autonomia deles, obrigando seu Macau a trazer pescadores de fora para tocar seu barco.

Uma das questões centrais era a maior permanência de tempo no mar. Buscava-se auferir maiores lucros, a partir do trabalho excedente dos próprios pescadores. Desta feita, os trabalhadores do mar de Suape não passavam mais que dois dias no mar e, para que houvesse um acúmulo de capital, era necessário que isso fosse mudado.

Cabe ressaltar que o problema não se localiza no tipo de embarcação e na capacidade de armazenar gelo, para que o produto não fosse perdido no mar, porque, como o barco de seu Macau, os botes são da mesma estrutura e, portanto, não distintos dos demais da própria localidade, de Suape. Aliás, ele comprou sua embarcação na praia suapense.

O ocorrido nos foi narrado por Seu Macau:

*Entrevistador: por que os pescadores não querem passar mais tempo no mar trabalhando, como em Brasília Teimosa?*

O pescador daqui não faz isso, não. Não passam mais de uma noite fora de casa, não.

*Entrevistador: por que existe essa diferença?*

Cada praia tem um estatuto, uma maneira deles trabalharem, e aqui eles não querem passar esse tempo, 08 (oito) ou 10 (dez) dias. Por isso, eu trago pescadores de Brasília (Teimosa).

*Entrevistador: já tentou trabalhar com algum pescador daqui?*

Tentei. Tentei mas não deu certo, não. Foi por causa disso: eles não ficam lá fora muito tempo. Lá em Brasília [Teimosa], se você for lá fora arriar uma rede, passar 01 (um) dia, não arruma pescador, não. Lá, ou você tem um barco pra passar de 5, 10 a 12 ou não arruma pescador, não. O barco fica na praia e não arruma pescador. Já aqui é o contrário, pois você tem que ter um barco que vá todo dia e venha, porque se for passar mais de 2, 3, 10 dias no mar não arruma não.

*Entrevistador: mas eles justificam o porquê?*

Simplesmente, pescador é índio. Eu falo mal e não admito ninguém falar. Pescador é índio. Eles aqui dizem: “eu vou ficar lá fora nada, rapaz. Quem tiver seus barcos pra passar 8 ou 10 dias lá fora que vá, que eu mesmo não vou não. Pronto!”. Agora, já lá em Brasília, eles dizem: “eu vou passar pouco tempo e vim, rapaz. Eu tenho família pra dá de comer, pra sustentar, rapaz” (Macau, pescador de Suape-PE).

O que Seu Macau nos mostra é que a lógica de trabalho dos pescadores artesanais de Suape rechaça formas que busquem controlar seu tempo e levá-los, com isso, a um movimento de acúmulo capitalista como algo central em sua atividade, negando a atender a lógica do sobre-trabalho. O valor de uso, como se vê, é mais importante que o valor de troca e, por ele, passa a autonomia desses homens, distinguindo-os dos trabalhadores pesqueiros de Recife, onde a vida é regulada, mais fortemente, por uma lógica mercantil.

Além disso, há outro aspecto a se destacar. Quando Seu Macau diz que “cada praia tem um estatuto, uma maneira deles trabalharem”, ele está explicitando reações e inserções que se dão no jogo do processo totalizante de expansão capitalista, no qual grupos se incluem e/ou resistem distintamente pelas inúmeras mediações já frisadas, que fazem parte de seu cotidiano e das suas condições objetivas de vida.

Somando-se a tudo isso, agrega-se a expressão elaborada por Macau, segundo a qual a pesca é regida por um estatuto, associação ou regulamento, que se impõe na qualidade de uma forma comunitária de vida no trabalho da pescaria, um costume, revelando um sentimento e uma prática remanescentes das corporações de ofício, de uma cultura do trabalho, de uma economia moral. Nas palavras de Thompson (*op. cit.*, p. 21):

[...] o processo do capitalismo e a conduta econômica não baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo

(“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos.

Tal fenômeno deu-se diferentemente na França, onde os laços tradicionais de trabalho foram utilizados pelo capital pesqueiro patronal como forma de extração do trabalho excedente e de melhor controle sobre os pescadores (BIDET, 1974).

Mais uma vez, isso revela que cada grupo societário, embora esteja conectado pelos marcos do capital, participa da totalidade societária de maneira distinta, por conta de suas mediações singulares e/ou processos de imposições totalizantes, que diferenciam frações de classe e agrupamentos sociais, clarificando-se nas formas particulares de sua integração ao capitalismo.

O que fica claro é que o sistema de *companha*, uma expressão sociocultural do modo de vida desses homens, rebela-se frente à possibilidade de controle do seu tempo por parte de outrem ou de uma lógica extrínseca ao estatuto local de trabalho, ao seu *sentimento de corporação*. Por isso, o irredentismo explode diante de injunções que pretendem subordinar essa cultura do trabalho e/ou separar o caracol de sua concha, fato contido na frase: “Quem tiver seus barcos pra passar 8 ou 10 dias lá fora que vá, que eu mesmo não vou não. Pronto!”. Há, assim, uma cultura com marcas seculares de um trabalho que resiste e que se recria no tempo e no espaço, expressando sua rica sociabilidade e suas insurgências diárias contra a supremacia da vida mercantil, com base nos costumes e em sua economia moral.

### **Conhecimento patrimonial pesqueiro: o fazer-se pescador artesanal**

[...] o desenvolvimento econômico do modo como o conhecemos pode, na realidade, ser danoso a um país, já que pode conduzir

à eliminação de suas tradições e herança cultural  
(Amartya Sen, *Desenvolvimento como liberdade*).

A *companha* e sua forma de cooperação são expressões do *sentimento de corporação*, de uma *cultura do trabalho* pesqueira, com sua organização técnica e suas relações sociais de trabalho objetivadas, em medida considerável, no *conhecimento patrimonial pesqueiro*. Estes componentes societários estão incrustados e legitimados nessa forma de conhecimento, vinculando-se ao fazer-se pescador artesanal nas quatro comunidades estudadas.

De início, cabe perguntar: o que é *conhecimento patrimonial pesqueiro*?

O *conhecimento patrimonial pesqueiro* é uma forma de produção e de reprodução social desenvolvida por pescadores artesanais ancestralmente (muitas vezes, ao longo dos séculos), com o claro objetivo de se apropriarem de um tipo específico de recurso natural [os pescados e, por isso, o mar, os rios e estuários] para fins de sobrevivência, de acordo com o uso de técnicas e de tecnologias (pescarias), e que sempre dialogaram com as novas necessidades do tempo presente (o ser pescador), para responderem a projetos existenciais da comunidade e, especialmente, ao mercado, renovando-se e se conservando ao mesmo instante.

Concernente a isso, vejamos, a seguir, os ricos depoimentos de pescadores:

A pesca artesanal é sobrevivência. Você se organiza pra produzir, para ir pra água e pegar o peixe, com seus equipamentos... suas coisas de trabalho... suas armadilhas... algumas armadilhas até novas mesmo, como o espinhel, por exemplo, e motorzinho no barco. Mas a gente pesca com a ideia que vem dos nossos pais, que aprendemos lá com eles. A pesca é trabalho. Algumas coisas mudaram, mas a base é a mesma. Acho que é por isso que a gente é pescador artesanal. Agora – voltando à sua pergunta – por que a gente pesca? Por que eu pesco? Preciso me manter e

manter a minha família, minha mulher e filhos. E tenho que vender os pescados pra ter dinheiro em casa, pra pagar luz, água, comprar feijão, umas roupinhas pra família e tudo mais. E a gente trabalha e vai pensando no futuro também, né? A gente quer chegar a isso, a tal coisa... melhores equipamentos de trabalho... melhorar a casinha, o barquinho e a vida... que os filhos virem isso... sejam felizes... sejam tal coisa... temos que tá tentando satisfazer a gente e a eles. Tenho esperança em realizar as coisas pra mim... pra eles, né? (Alexandre, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Pescador é um cara que deve acreditar no que faz, para sobreviver da pescaria. Muitos antes deles, aqueles profissionais antigos, muitos são filhos e netos de pescadores, já faziam assim, para pegar os peixes. Pescador é viver da pesca. A gente via eles fazendo, planejando as coisas no mar. Pescador e ter idéia para tocar a vida no mar. Saber que sem o seu trabalho ele não existiria. Tá junto e fazendo junto com os parentes, compadres, os amigos. A gente sabe que é a pescaria quem permite criar nossos filhos (Seu Ediburgo, pescador de Carne de Vaca-PE).

Sem dúvida, a partir desta citação, pode-se afirmar que essa forma de saber ancestral da pesca funda-se no trabalho<sup>10</sup> dos pescadores artesanais – em seu ver, fazer, ouvir, pesquisar, planejar, executar, avaliar e incorporar novas necessidades. Ademais, pescar é possibilitar também a efetivação do projeto de manter sua família e de possibilitar o surgimento de situações mais favoráveis para viver, aspectos que fazem parte das estratégias de existência.

Como se nota nos depoimentos, o conhecimento do pescador é um produto social, comunitário (da família e compadres da localidade), uma força produtiva. Por isso, o conhecimento pesqueiro não se reduz ao ato produtivo de um único pescador, posto que seu trabalho é, sem dúvida, o depositório do saber-fazer passado por seu pai, seus avós e outros pescadores mais antigos, superando-o e reafirmando dialeticamente

como expressão existencial dessa fração de classe. Nesse sentido, não se restringe a uma determinada pessoa ou a uma época somente. Sem dúvida, “o conhecimento que detém um pescador é trabalho passado acumulado, fruto de experiências conduzidas por inúmeras gerações, dos mais diversos recantos da região” (MELLO, 1985, p. 106). Certamente, “a pesca artesanal requer todo um arsenal acumulado sobre o espaço marítimo, construído pelo saber, experiência e intuição” (CUNHA, 2004, p. 107).

Nesse contexto, quando do processo de aprendizagem e de formação, os pescadores mais velhos são peças-chave, como atestam as considerações que se seguem:

Meu pai foi quem me ensinou, desde de criança (Moisés Gomes, pescador de Itapissuma-PE).

Todo pescador daqui deve seu trabalho aos jangadeiros mais antigos, aos pescadores das antigas... avó ou pai ou outro parente qualquer. Sempre se aprendeu assim, na base dos mais velhos (seu Inácio, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Não há pescador novinho que não tenha sido feito pelos mais velhos (João Paulo, pescador de Carne de Vaca-PE).

Peguei a lógica da pesca vendo pai, ouvindo pai (Zé Veio, pescador de Suape-PE).

Desse modo, o *conhecimento patrimonial pesqueiro* pode ser entendido como o saber-fazer nas águas, oriundo de uma ancestralidade comunitária, familiar, de uma fração de classe social com seu modo de vida típico, que se depara com condições objetivas e que, por isso, se ancora fundamentalmente na *cultura do trabalho* pesqueira, socializa-se através dela e do seu fazer ético. Sendo assim, tal conhecimento realiza-se e se reproduz no ato de fazer do próprio fazer do trabalho pesqueiro artesanal e no controle de todas as etapas de sua produção (planejamento e execução das atividades) e das mediações sociais e culturais ligadas a esta atividade. Então, pescar

artesanamente é ligar pessoas às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais da pesca. A tradição é um ente valioso e esteio das estratégias de (re)produção social, posto que aciona e reforça laços e permite iluminar os caminhos dos trabalhadores da pesca dentro e fora do mar.

O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e do barco) e formas de sociabilidades) repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas nos campos material e simbólico, que são também patrimoniais. É objeto e sujeito de um saber-fazer, que não se esgota; renova-se e se refaz para que esse trabalhador possa continuar existindo, resistindo, reproduzindo-se na sua relação com a totalidade social (mercado, turismo, projetos governamentais, chegadas de complexos portuários, fazendas de camarão, etc.) da qual é parte integrante. Assim, “frise-se que a ‘reprodução’ não implica repetição pura e simples, mas, pelo contrário, a adoção das modificações indispensáveis para assegurar a continuidade da vida social, vinculada a uma representação da identidade social” (LIMA, 1997, p. 129).

Para tanto, por conta de seus equipamentos tradicionais, suas pescarias, o conhecimento patrimonial dos pescadores fundamenta-se num profundo e complexo conhecimento sobre os ciclos de vida de inúmeras espécies de pescados (peixes, lagostas, camarões, polvo), suas sazonalidades, locais de alimentação e demais hábitos biológicos, tudo aprendido no desenvolver de seu trabalho, naquilo que chamamos do ato de ver, sentir, escutar, avaliar, estudar, observar, executar e de refazer sempre sistematicamente por meio de sua atividade produtiva, no decorrer de uma grande vivência nas águas, de uma vida inteira, como revelam as falas listadas a seguir:

Sei dos lugares dos peixes comer, se esconder, passar. A gente sabe do peixe e de seus lugares pelo fato de nós... da gente ver o movimento na água, o tipo de batida que o peixe dá no mar... até o som mesmo. A gente vai observando isso no trabalho,

no dia a dia no mar. Ele vai ali, pra comer... pra se esconder... pela correnteza...tá mais claro... tá com água mais mansa, mais boa... tudo na natureza do mar tem sua explicação (Seu Valter, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Todo pescador conhece o mar igual como conhece a rua de sua casa. Os buracos, atalhos, os caminhos, tudinho. A gente aprendeu com mais velhos e a gente ensina aos mais novos. Basta ver um pescador mais experiente trabalhando, indo atrás dos pescados. Cada um peixe gosta de um lugar e de uma fundura, e aí é saber usar a armadilha certa, a pescaria certinha (Seu Lourenço, pescador de Carne de Vaca-PE).

Quando a gente encontra uma pancada de peixe, o cabra descobre onde é que tá o peixe. Aí os peixes ficam perneando. Os bons pescadores conhecem, porque eles vêm na mancha, vêm perneando. A de manjuba é menor e a gente vê pela pancada que ela dá na água. Quando a de saúna vem perneando, a gente sabe. Tem que saber, porque a de saúna a gente pega de tresmalho, não de mangote. Se for confundir e botar o mangote, ela (saúna) bate e sai por cima, pois a rede é menor, a malha. Já no tresmalho, não. A gente cerca a saúna e bate. Ela afunda e mete a cara. Morre enforcada, emalhada. Se fosse rede de mangote, elas saltavam tudinho. Os mestres sabem disso. Agora ensinam aos poucos (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma-PE).

Conhecimento da natureza que é uma forma de conhecimento social vinculado a determinado grupo, posto que “o conhecimento e a percepção dos diferentes espaços em que os peixes podem ocorrer é de grande importância para a atividade pesqueira” (FERNANDES-PINTO; MARQUES, 2004, p. 166).

Conhecimento vindo dos ancestrais, que é um patrimônio dessas comunidades, dos mais velhos para os mais novos, de seu *sentimento de corporação*. Tudo é tradição: a técnica, a tecnologia,

a sociabilidade, o saber, o aprendizado, o grupo de trabalho. Tradição que estabelece uma dialética fundamental com o conhecimento patrimonial pesqueiro e esta com aquela, como partes de uma *cultura do trabalho* profundamente singular.

Técnicas e tecnologias que se explicitam na forma de pescar, nos tipos de embarcações (jangadas, canoas, barcos motorizados) e redes utilizadas (tarrafa, linha, emalhar, etc.), que são expressões materiais e imateriais do *conhecimento patrimonial pesqueiro*.

No que concerne ao conhecimento dos pescadores sobre as espécies, seus ciclos e ritmos de vida, a cientista social Norma Valencio, após estudo realizado sobre o Rio São Francisco, afirma:

O ato de capturar o peixe, como principal meio de renda e sustento da família, está associado ao desenvolvimento de um conjunto de habilidades que tomam como referência a tradição oral.

É dela que provém o desenvolvimento de uma fina percepção da estrutura e dinâmica do ecossistema aquático, bem como uma orientação socialmente construída sobre onde colocar os sentidos – o olhar, o ouvir, o tatear –, o que buscar através deles e como interpretar o que foi colhido (VALENCIO, 2007, p. 56).

Acerca desses aspectos, em estudo anterior, resalto a trajetória de educação do “sentir dos sentidos” daqueles que ingressam na pesca:

Esse contato inicial, com as linguagens do mar, possibilita logo cedo a construção de entendimentos humanos naturais acerca da natureza marinha e, especialmente, da própria fruição das forças essenciais do homem para melhor lidarem com as águas, ora apresentadas na capacidade de compreender os tipos de ventos e os movimentos das marés, ora explicitadas na habilidade para descobrir pesqueiros, ora para ouvir e sentir as mudanças

náuticas e meteorológicas. Além disso, permite ao futuro pescador conhecer a si, a fim de desenvolver melhor sua fruição sensível (RAMALHO, 2011, p. 328).

Também o conhecimento tradicional pesqueiro constrói-se como direito consuetudinário desta fração de classe social a certas áreas marítimas e/ou estuarinas (os pesqueiros – que são chamados também de marcas, lanços e/ou pedras), territórios de pesca, sobre os quais atuam produtivamente dentro de um princípio ético comunitário, por assentar-se em regras de posse (comunais ou segredadas) fundadas no respeito às tradições pesqueiras, nos costumes, na consideração daqueles que fazem parte de uma mesma comunidade de pescadores.

Na pesca, devido às características particulares do mar, as práticas de usos costumeiros dos pesqueiros comunais ainda sobrevivem e são reguladas pela seqüência das embarcações, das que chegam primeiro aos lanços, isto é, a organização da pesca, nas marcas, é realizada de acordo com o que eles chamam de *direito à vez*. Nas palavras de entrevistados:

Tem aqui pesqueiros comuns. Quem chega primeiro tem o direito à vez, primeiro também. Aí joga sua rede, sua armadilha e cede ao outro bote [barco] pra ele fazer o mesmo. Tem que considerar esse direito à vez (Seu Babau, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Nós temos os pontos conhecidos no mar, e são a Lama, o Taci, Oituba, Manguinho e a Draga. Esses lanços todo mundo conhece. Agora pra dar o lanço ali... por exemplo, a gente dá o lanço do seguinte modo: eu cheguei primeiro, eu dou o lanço. Aí o segundo espera eu tirar o lanço. O cabra não pode demorar muito. A gente espera uns 15 minutos pra dar o lanço. E volta a gente que deu o primeiro lanço, depois o segundo e o terceiro. Mesmo que se passe mais de 15 minutos, a gente tem que esperar, respeitar aqueles que tão pescando

nas marcas. Se desrespeitar tem bate-boca (Seu Neneu, pescador de Suape-PE).

Caso haja descumprimento dessa tradição gestonária por um pescador, tal questão acaba, sendo, na maioria dos casos, um frontal ataque à comunidade e, conseqüentemente, à própria essência de ser pescador, em grande medida. O *considerar* é a regra do jogo, nos pesqueiros comunais, e essa regra deve ser respeitada pelos mestres (aqueles que são responsáveis pelas embarcações), pois infringi-la os diminuiria, além de atacar tradições comunitárias de manejo pesqueiro com o estímulo de conflitos que as condenariam. Como afirma Seu Inácio,

Não pode quebrar a tradição. Isso não é bom... Quem chegou antes faz o seu e quem veio depois espera sua vez, tranquilamente. O mestre, como guia da embarcação, tem que fazer desse jeito, já que todos tã por ele na tripulação (Seu Inácio, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Já o uso segredado dos pesqueiros é um recurso amplamente aceito por todos os pescadores, pois mostra o valor que certos homens marítimos têm para descortinar territórios produtivos, efetivar “marcas” nas águas, elaborar caminhos, deter capacidades técnicas e ser um artista do mar. Na realidade, o pesqueiro é fruto de um talento do saber-fazer, sendo reconhecido por todos e legitimado pelo próprio *idioma corporativista*. Afinal, como ressaltaram os pescadores seu Naninho e seu Ciço:

Há pesqueiros que a gente esconde, aliás, todos escondem no segredo. São provas de conhecimento também e de sabedoria (Seu Naninho, pescador de São José da Coroa Grande-PE).

Há locais que a gente guarda mais, que poucos sabem (Seu Ciço, pescador de Carne de Vaca-PE).

Fica transparente que encontrar um pesqueiro liga-se a um processo de muito esforço, de engenhosidade náutica e pesqueira e, por isso, de merecimento.

Não há nisso, então, um gesto que contrarie princípios éticos, pois ele reforça os próprios componentes aos quais os pescadores chamam de arte pesqueira: dedicação, talento, capacidade, mestrança. Os pesqueiros segredados tornam-se domínios familiares, chegando a passar de geração a geração (CASCUDO, 1957; MALDONADO, 1994).

Como fica evidente por meio dos depoimentos dos pescadores, o *conhecimento patrimonial pesqueiro* legitima-se como direito a certos lugares aquáticos (comunais ou segredados) apresentado nos usos territoriais; na organização produtiva; nas formas de manejo da pesca; no conhecimento da natureza; nas práticas simbólicas; nos laços de pertencimento existentes entre a tripulação; na relação desta com as águas e com a própria comunidade. São saberes atualizados e reafirmados no próprio ato de reprodução social dos pescadores artesanais, como patrimônio coletivo e cultural de um povo mediado pelos mais velhos, particularmente pelos mestres de pescaria. Tudo isso compõe o universo da *cultura do trabalho* da pesca, de uma cultura artesanal do trabalho.

Ao analisar o sistema de posse comum de populações tradicionais sobre a terra, Maurice Godelier destacou algo importante:

A existência de direitos comunitários sobre o solo, muito longe de significar uma restrição e um impedimento ao uso do solo pelos indivíduos, oferece, ao contrário, a todos os indivíduos *uma garantia de acesso* a esse recurso fundamental, e, ainda mais, garante às gerações futuras a herança desse mesmo recurso (GODELIER, *idem*, p. 43, grifos do autor).

Na pesca artesanal, pesqueiros são descobertos, preservados, abandonados (por causa da queda de sua produtividade em decorrência de impactos ambientais negativos ou sazonalidade das espécies) ou esquecidos pelos pescadores, mostrando o caráter móvel e flexível do direito à posse aquática, evidentemente dentro de uma região conhecida por eles e que é delimitada, geograficamente, de acordo com suas

identidades, noções práticas e simbólicas do espaço mar e estuário e com o tipo de manejo empregado durante a sazonalidade dos peixes. É nessa região geográfica que os pescadores constroem suas áreas de pesca, suas “marcas” e locais de trabalho.

E é esse *conhecimento patrimonial pesqueiro* que teve a capacidade de resistir, em várias localidades [infelizmente em outras sucumbiu], às completas e autoritárias injunções do capital (poluição industrial, controle do mercado de pescados por grandes empresas, explosão urbana desordenada, investimentos públicos em grandes projetos – hidrelétricas, portos, fazendas de camarão, *resorts*) e, assim, conseguir preservar a biodiversidade sócio-ecológica em muitos municípios. Ao realizar isto, criou, simultaneamente, rico sistema de códigos e linguagens para lidar com os ecossistemas costeiros, no sentido de elaborar técnicas e tecnologias de pesca, de agir sobre territórios de pesca dentro de um sistema ancestral de saber-fazer e de posse capaz de permitir a permanência sócio-cultural dos pescadores, ao longo dos anos, oriundo de uma sociedade do trabalho que insiste em existir<sup>11</sup>.

Nessa perspectiva, refletindo sobre os pescadores artesanais, Lúcia Helena Cunha afirma:

o conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habita constitui verdadeiro patrimônio, de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta (*Idem*, p. 112).

O *conhecimento patrimonial pesqueiro* é construído e reconstruído socialmente. Não se trata de uma imposição mecânica da natureza ao ser humano de modo determinista. São experiências vividas por uma determinada classe social, que decorrem de suas condições concretas de existência, sentidas e interpretadas cotidianamente, através das dinâmicas históricas. Na realidade, muitos territórios de pesca assumem, além do mais, uma conotação de pertencimento – impresso e legitimado pelo (e no) trabalho dos pescadores artesanais – e sem o qual se tornaria impraticável a existência dessa fração da classe trabalhadora ao longo dos anos. Por conta do saber

pesqueiro, Britto (*Ibidem*) intitula o trabalho da pesca artesanal de *ciência da pescaria*, uma ciência do concreto no sentido empregado por Lévi-Strauss<sup>12</sup>. Ciência essa que, segundo Britto, edifica sentimentos territoriais, fazendo com que os pescadores sintam-se também como um povo do mar e, dessa maneira, “donos do mar”.

O domínio dessa *ciência* resulta e confere legitimidade à *pescaria* como sistema produtivo e como substrato da organização social dos pescadores, ao mesmo tempo em que os identifica como uma espécie de “donos do mar” (BRITTO, *op. cit.*, p. 77-78, grifos da autora).

Sem dúvida, o *conhecimento patrimonial pesqueiro* é detentor de regras, métodos e procedimentos de análises realizados através do trabalho, não podendo ser classificado, portanto, de aleatório e sem sistematização de saberes, porque quando uma tripulação vai às águas para pescar ela possui roteiros produtivos e normas para lidar com o ambiente aquático. É daí que nascem as práticas de uso comunal e segredado das águas, suas transformações, reorganizações e estratégias combinadas há séculos.

Além disso, o *conhecimento patrimonial pesqueiro* é instaurado e instaura laços sentimentais com as águas, mostrando que esse ambiente não é tido apenas como um bem gerador de capital, de renda e alimento. Isso ganha nitidez no instante em que os pescadores nomeiam áreas no mar e pesqueiros, batizando-os com nomes de mestres, acontecimentos, características ambientais. Os nomes de pesqueiros, evidentemente, só ganham publicidade quando já são áreas comunais de pesca.

Colocar nomes em áreas do mar, os pesqueiros, projeta sobre essas áreas as histórias de homens, pois a substantivação de um lanço é conferida a partir de uma homenagem a quem o descobriu, normalmente o nome de um mestre, um determinado fato ocorrido ou uma característica natural do local. Assim, no instante em que o mar é nomeado, forma-

se um elo de pertencimento (RAMALHO, 2006, p. 153).

O *conhecimento patrimonial pesqueiro* surge também ancorado em dinâmicas sócio-ambientais localizadas e, desse modo, intransponíveis, muitas delas, para outros espaços pesqueiros, devido às respostas para enfrentar problemas surgidos em dadas situações e espaços. Assim, à falta de definição mais adequada, denomino tal conhecimento de *saber local*, por forjar-se sobre experiências particularizadas geograficamente. Saber local que não representa a ausência de respostas aos processos de integração globais, de seus desejos de mercado (por lagosta, camarão, sardinha), pois é assim que o conhecimento patrimonial pesqueiro inclui-se, constitui-se, existe e produz seus mecanismos de adaptação, de ambivalência e de estratégia de sobrevivência diante da totalidade social móvel e inescapável, fato que influi decididamente no sistema de gestão territorial aquático.

Pensar nesses modos de usos das águas pelos pescadores é, antes de tudo, compreendê-los numa trama que está para além de questões e enredos puramente comunitários, locais, particulares, pois as dinâmicas e processos sociais – de escala nacional e/ou internacional – jogam um peso importante, ao dialogarem, ininterruptamente, com o cotidiano dessa população, seu ambiente de trabalho, suas necessidades sociais e econômicas, numa totalidade societária que se encontra em constante movimento, em suas intermináveis atualizações, em suas determinações concretas, porque “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 2003, p. 248). Seguindo essa linha de abordagem, Jean-Paul Sartre (2002, p. 36) afirmou: “os fatos particulares não significam nada, não são verdadeiros ou falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em andamento”.

Assim, o *conhecimento patrimonial pesqueiro* é dialético, porque interage com as condições de mudanças vivenciadas pelos pescadores, sejam essas naturais, sejam sociais e econômicas, no intuito de tentar buscar respostas aos limites encontrados (sociais

e ecológicos). O *conhecimento patrimonial* dos pescadores alimenta e é alimentado pelo campo dos possíveis, da necessidade do dever-ser, e, no entender de Sartre (2002, p. 78), “as condições materiais de sua existência circunscrevem o campo de suas possibilidades” e, portanto, de suas prováveis condições de superar (ou não) momentos desfavoráveis existentes.

Diante de tudo o que foi aludido, o conhecimento patrimonial pesqueiro só é possível porque existe a continuidade do *sentimento de corporação* da pesca e de sua *cultura do trabalho*, pois ambas alimentam-se mutuamente, expressando e sendo a expressão da lógica da *companha*, do trabalho intrínseco, dos costumes e sua economia moral, ou seja, elas são constituídas e constitutivas das expressões socioculturais do modo de vida dos pescadores artesanais pernambucanos.

### Considerações finais

Há uma tradição pesqueira artesanal manifesta em costumes, formas de conhecimento, cultura produtiva e organização do trabalho, cujas dinâmicas expressam valiosos processos socioculturais pesqueiros artesanais existentes em quatro comunidades pernambucanas analisadas no presente escrito, a saber, os núcleos de pesca das localidades Carne de Vaca, Itapissuma, São José da Coroa Grande e Suape.

Nessas localidades, o trabalho da pesca artesanal caracteriza-se por ser uma atividade que exige um rico saber-fazer, um sistema ancestral de trabalho (a *companha*) e um exercício intrínseco do mesmo, especialmente em decorrência do controle significativo que os pescadores mantêm acerca das decisões a serem tomadas no mar, de todo processo global da atividade pesqueira e da sua não separação frente aos seus meios diretos de vida.

É dessa maneira que se dá o controle, com base na cooperação, de todo o processo produtivo, que vai do continente às águas, do conserto dos instrumentos de trabalho (barcos e redes) à captura dos pescados, do pensar ao fazer criativo, de um ato combinado e sincronizado a todos os atos do (e no) trabalho de pescar na *companha*, no barco. Ademais, os laços

familiares e de compadrio reforçam e intensificam elos de pertencimento comunitários.

Elos esses típicos de uma *cultura artesanal*, que foi definida por Antonio Rugiu da seguinte forma:

Nenhuma outra forma de experiência formativa conservava em si os valores diversos do controle direto e progressivo, partindo da idéia originária até a realização final, da objetivação plena do subjetivo e da produção de bens aproveitáveis pela comunidade. Nenhuma outra forma, além disso, assegurava um desenvolvimento da natureza ativa do homem através de um racional exercício “prático-moral”, graças principalmente ao exercício de auto controle, de concentração sobre um objeto e à consciência de um objetivo. Nem eram menos importantes os aspectos da organização do trabalho artesanal, por exemplo, aquele do ritmo de um trabalho coletivo. Neste caso, o ritmo como divisão do tempo em operações determinadas, é vivido pelos trabalhadores com o respeito sistemático de um quê de universal, quase de transcendental, catalizador de energia criativa que une em recíproca solidariedade a pequena comunidade artesanal (RUGIU, 1998, p. 156).

Tal artesanato gestou, entre esses homens das águas, o sentimento de que seu trabalho é o território da autonomia e fruto de um conhecimento patrimonial, cujos valores de mundo ancoram-se numa cultura produtiva que busca negar, o tempo inteiro, a supremacia do capital e referendar a força da sociedade do trabalho pesqueira inscrita na *companha*, na parceria, no *sentimento de corporação* e no próprio conhecimento patrimonial pesqueiro, que são componentes vivos de uma *cultura do trabalho*.

Tudo isso se expressa nos valores de mundo, formas de saber ancestral, que estão ancoradas em práticas e dinâmicas socioculturais particulares. Então, o fazer-se pescador é um fazer-se sociocultural, uma dinâmica societária que articula a tradição com as necessidades e respostas ao tempo presente, que

combina ancestralidade com o aqui e o agora, que se renova e se mantém.

Dessa maneira, evidencia-se que o pescador “é um ser que dá respostas” (LUKÁCS, 1969, p. 132), em termos práticos e simbólicos, o que faz com que a tradição não seja algo estanque, cristalizado. Por isso, as dinâmicas socioculturais jogam e são um peso decisivo, fato mostrado por nós através das categorias *sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro*.

### Notas

- 1 Este artigo reflete, principalmente, um conjunto de acúmulos teóricos e empíricos oriundos de minha pesquisa no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2000-2002), da tese de doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP (2003-2007, na qualidade de bolsista CNPq) e do período em que fui bolsista recém-doutor (FACEPE/CNPq, de novembro de 2007 a maio de 2010), na Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia (CGEA) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).
- 2 Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, no Brasil, havia 833.205 pescadores(as) artesanais e Pernambuco respondia por 14.452 profissionais na atividade.
- 3 A praia de Suape localiza-se no município do Cabo de Santo Agostinho, sendo a última praia ao sul da Região Metropolitana do Grande Recife e estando, aproximadamente, a 50km da capital.
- 4 O núcleo pesqueiro de Itapissuma, que se situa no município com o mesmo nome, encontra-se a 40 km da capital.
- 5 Situando-se a 80 km de Recife, a praia de Carne de Vaca pertence ao município de Goiana (PE) e faz fronteira com o estado da Paraíba.
- 6 Distante 125 km da capital do estado de Pernambuco, o núcleo pesqueiro de São José da Coroa Grande liga-se ao município de mesmo nome, sendo sua sede e a última praia pernambucana antes do estado das Alagoas.
- 7 Câmara Cascudo, sobre o vigor e presença da herança familiar, escreveu: “[...] todo filho de pescador é pescador em potencial. O apelo do mar parece evidentemente mais profundo que a voz da terra” (CASCUDO, 2002, p. 26).
- 8 Raul Brandão (s/d) cita a presença desse mecanismo, o quinhão, na pesca artesanal portuguesa nos anos de 1920.
- 9 Encontrar-se num mundo mais mercantilizado do que em Suape não é o mesmo que afirmar que a pesca artesanal existente em Brasília Teimosa seja genuinamente capitalista.
- 10 O trabalho é aqui entendido numa perspectiva marxiana, enquanto objetivação da própria existência humana: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu

intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento, as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza". (MARX, op. cit., p. 202).

- 11 Quero deixar claro que o conhecimento patrimonial pesqueiro enquadra-se no universo do que vem a ser chamado, pelo antropólogo Antonio Carlos Diegues (2004), de conhecimento tradicional, ou seja, "o conhecimento tradicional é aqui entendido como um conjunto de práticas cognitivas, de crenças, de habilidades práticas e de saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores, e que garantem a reprodução de seu modo de vida. Ele é um saber prático, cumulativo, produzido por gerações sucessivas de pescadores, a partir da observação cotidiana e confrontada com os testes da experiência diária. Esse saber não é distribuído homoganeamente entre todos os pescadores, concentrando-se, em geral, nos pescadores mais velhos e experientes, variando segundo o ambiente usado e as diferentes técnicas de pesca" (Idem, p. 267-268). Todavia, mesmo se inserido enquanto elemento do conhecimento tradicional, acredito que há uma diferença ou um recorte próprio que vai estabelecer a especificidade do conhecimento patrimonial pesqueiro, isto é, há na categoria conhecimento patrimonial pesqueiro - aqui elaborada - uma clivagem de duas noções que são essenciais e que, portanto, estabelecem sua particularidade frente à conceituação efetivada por Diegues anteriormente: as categorias de classe social e a perspectiva ontológica do trabalho.
- 12 LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Editora da USP, 1970.

### Referências bibliográficas

- ALLUT, Antonio García. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras, in: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec, 2000. p. 101-123.
- BIDET, J. Sur les raisons d'être de L'idéologie (les rapports sociaux dans le secteur de la pêche). *La Pensée*, [S. 1.], nº. 174, 1974.
- BRANDÃO, Raul. *Os pescadores*. Mem Martins: Portugal, Publicações Europa-América, s/d.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores do Arraial do Cabo-RJ*. Niterói: Eduff, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro: SAI, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global Editora, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 5a. edição. Petrópolis-RJ, Vozes, 2005.
- COLLET, S. *Uomini e pesce: la caccia al pesce spada tra Scilla e Cariddi*. Milano: Giuseppe Maimone Ed., 1993.
- COMITINI, S. Marine resources exploitation and management in the economic development of Japan. *Economic Development and Cultural Change*. University of Chicago (4), July, 1966.
- CORDELL, John. *Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia*, in: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 139-160.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo, PUC, 1987.
- \_\_\_\_\_. Saberes patrimoniais pesqueiros, in: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. Vol. I. São Paulo: Hucitec/Nupaub/CEC-USP, 2004. p. 105-115.

- DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. Povos e mares. São Paulo: Nupaub/USP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte, Brasil, in: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). *Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 65-84.
- \_\_\_\_\_. A pesca construindo sociedades. São Paulo, Nupaub-USP, 2004.
- FERNANDES-PINTO, Érika; MARQUES, José Geraldo. Conhecimento etnoecológico de pescadores artesanais de Guaraqueçaba, Paraná, in: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. Vol. I. São Paulo: Hucitec/Nupaub/CEC-USP, 2004. p. 163-192.
- FORMAN, S. *The raft fishernen: tradition and change in the brazilian peasant economy*. Indiana: University Press, 1970.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GALVAN, Tudela A. *Economia y sociología de las comunidades pesqueras*. Madrid: M.A.P.A, 1989. p. 565-610.
- GODELIER, Maurice. Racionalidade dos sistemas econômicos, in: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Godelier*. São Paulo: Ática, 1981. p. 37-58.
- GODOI, Emília Piatrafesa de. *O trabalho de memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999.
- JUNQUEIRA, Eduardo. Introdução, in: JUNQUEIRA, Eduardo; MALHEIROS, Gustavo. *Embarcações brasileiras*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio Editora, 2003.
- KOTTAK, Conrad. *The structure of equality in a brazilian fishing community*. Columbia: University of Columbia, 1966.
- LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu*. Niterói: Eduff, 1997.
- LUKÁCS, Georg. Conversando com Lukács, in: KOFLER, Leo et al. (org.). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MALDONADO, Simone. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2a. edição. São Paulo: Annablume, 1994.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I, Vol. 1. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MELLO, Alex Fiúza. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: Editora da UFPA, 1985.
- MILLER, Francisca de Souza. Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos. Natal: EDUFERN, 2002.
- MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). Boletim estatístico da pesca e aquicultura – Brasil 2008-2009. Brasília: MPA, 2010.
- MOLLAT, Michel. Les attitudes des gens de mer devant le Danger et devant la mort. *Ethnologie Française*, Paris, 9 (2), 1979.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho na pesca de Itaipu*. Niterói: EDUFF, 2003.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. *Revista Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande-PB, vol. 23, n. 1-2, p. 62-72, jan/dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. “Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.
- \_\_\_\_\_. Embarcações do encantamento: trabalho como sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. Tese em Ciências Sociais. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. O sentir dos sentidos dos pescadores

- artesanais. *Revista de Antropologia – USP*, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan/junho, 2011.
- RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TUNSTALL, J. *The fishermen*. London: Mac. Gibbon and Cel., 1969.
- VALENCIO, Norma. *Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos: RiMa, 2007.
- WOLF, Eric. Cultura: panacéia ou problema?, in: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R Wolf*. Brasília-DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 291-306.

(Recebido para publicação em dezembro/2011.  
Aceito em fevereiro/2012)